

Vereadores de Itabirito pedem transparência no processo de vacinação



Vereadores apresentaram propostas que visam dar mais transparência em todo processo de vacinação em Itabirito. De acordo com os vereadores, essas ações tem como objetivo apurar as supostas irregularidades e evitar que aconteça em Itabirito o chamado “fura filas”, diante de várias denúncias recebidas pelos parlamentares de pessoas que não estão respeitando a ordem de vacinação.

O Projeto de Lei 21 institui a obrigatoriedade de publicação e transparência das pessoas vacinadas e o Projeto de Lei 41 institui multas e penalidades para quem descumprir a ordem de prioridade de vacinação, ambos do vereador Max Fortes.

"Pra mim, o pior momento da pandemia é agora e é necessário a população está consciente em tomar todas as medidas preventivas. Eu entrei com dois projetos pra dar mais transparência no processo de vacinação aqui", explica Max Fortes.

Os vereadores Paulinho, Dr. Edson, Fabinho, Max Fortes, Igor Júnior e Renê Butekus declararam favoráveis aos projetos de lei n° 21/21 e n° 41/21 de autoria do vereador Max Fortes, bem como os requerimentos n° 71/21 e n° 107/21 de autoria dos vereadores Rene e Dr. Edson, respectivamente.

O requerimento n° 71 do vereador Renê Butekus não teve retorno da Prefeitura até o momento e o requerimento n° 107 do vereador Dr. Edson foi encaminhado para assessoria jurídica da Câmara. Todos os dois requerimentos pedem que a Prefeitura disponibilize a lista dos vacinados para que os vereadores possam exercer sua função de fiscalização.

“No pior momento que estamos enfrentando da Pandemia, esperamos que também não tenhamos a necessidade de enfrentar pessoas furando filas aqui em Itabirito. É uma ato antiético, egoísta e de falta de solidariedade e amor ao próximo”, finalizam os vereadores Paulinho, Igor e Fabinho .

APLICAÇÃO ERRADA DE MULTAS

O vereador Max Fortes solicitou que a Prefeitura analise e retire as multas que foram aplicadas de maneiras equivocadas ao comércio de Itabirito. "Eles não descobriram nenhuma medida, pelo contrário, adotaram todas as medidas. Então, a prefeitura realizou algumas multas ilegais, enquanto o comércio estava fazendo delivery com a retirada na porta, que era permitido", explica.